

HABEAS CORPUS 130.761 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : ANDRE RODRIGO VILELA
IMPTE.(S) : LUIZ FERNANDO MARQUES GOMES DE OLIVEIRA
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 336.530 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**PENAL E PROCESSUAL PENAL.
HABEAS CORPUS IMPETRADO DE
DECISÃO LIMINAR DE MINISTRO DO
STJ. ENUNCIADO N. 691 DA SÚMULA
DO STF. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.
INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA,
FLAGRANTE ILEGALIDADE OU
ABUSO DE PODER. NEGADO
SEGUIMENTO AO HABEAS COPUS.**

DECISÃO: Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto de decisão de ministro do Superior Tribunal de Justiça cujo teor transcrevo:

Os autos não versam sobre hipótese que admite a pretendida valoração antecipada da matéria, pois, pela análise da quaestio trazida à baila na exordial, verifica-se que o habeas corpus investe contra denegação de liminar. De fato, ressaltadas hipóteses excepcionais descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar supressão de instância.

Assim o entendimento do Pretório Excelso: HC 103570, 1ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. p/ acórdão Min. Rosa Weber, DJe de 22/8/2014; HC 121828, 1ª Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 25/6/2014; HC 123549 AgR, 2ª Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 4/9/2014.

[...]

A matéria, inclusive, já se encontra sumulada: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas

HC 130761 / SP

corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar" (Súmula nº 691/STF).

No que tange ao pedido de prisão domiciliar, constante do aditamento de fls. 53-56, não há comprovação de que o requerimento tenha sido formulado perante o d. Juízo das Execuções, bem como no mandamus originário, de modo que, aparentemente, haveria dupla supressão de instância, o que impediria esta Corte Superior de Justiça de se manifestar, pela vez primeira, sobre o tema.

Desse modo, não verifico a ocorrência de flagrante ilegalidade que possa ser identificada nesta análise meramente perfunctória. Por este motivo, indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Neste *habeas corpus*, o impetrante insiste na tese de ilegalidade da prisão preventiva.

É o relatório, passo a fundamentar e decidir.

O Supremo Tribunal Federal segue, de forma pacífica, a orientação de que não lhe cabe julgar *habeas corpus* de decisão liminar proferida em idêntico remédio constitucional em curso nos tribunais superiores, conforme o enunciado n. 691 da Súmula desta Corte, *verbis*: [n]ão compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

In casu, não ressaí teratologia ou flagrante ilegalidade da decisão que negou o pedido de liminar na instância *a quo*. É que o relator utilizou a faculdade prevista na primeira parte do artigo 662 do Código de Processo Penal e requisitou informações à autoridade apontada coatora naquele *writ*.

Ademais, qualquer antecipação desta Corte sobre o mérito do pedido de *habeas corpus* implica supressão de instância, devendo aguardar-se o fim da tramitação do pedido no STJ para, se for o caso, interpor-se o **recurso** cabível.

HC 130761 / SP

Ex positis, **nego seguimento** ao pedido de *habeas corpus*, por ser manifestamente incabível, nos termos dos artigos 38 da Lei 8.038/1990 e 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Julgo prejudicado o exame da medida cautelar.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Int..

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministro **LUIZ FUX**

Relator

Documento assinado digitalmente